

GIBRAM, Paola Andrade. Penhkár: política, parentesco e outras histórias kaingang. Curitiba: Appris; Florianópolis: Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural, 2016. 213p

LUCAS CIMBALUK

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v27i1p400-405

A pesquisa entre indígenas kaingang apresenta o desafio de nos depararmos com questões que parecem colocar em cheque as distinções clastreanas do “com” ou “contra” o Estado. Após ficarmos com uma imagem ameríndia do “contra” o Estado a partir de tal autor, nos deparamos em campo com encarceramentos, remoções compulsórias, trabalhos forçados e até mesmo, em alguns casos, o relato do uso de tronco, onde, amarrado, quem “errou” poderia sofrer mutilações por gangrena, ainda que esta prática tenha caído em desuso na maioria das áreas. Isto tudo levado a cabo por uma hierarquia bem definida de cacique e lideranças com diversos cargos de nomenclatura militar. Assim, a questão política acaba tomando dimensões importantes das pesquisas. De minha experiência, posso dizer que dificilmente se poderia estar em campo entre kaingang sem imergir na política, mesmo que não a tenhamos em foco. No caso do trabalho de Paola Andrade Gibram, temos esta imersão de maneira direta, com uma etnografia que busca relacionar esta política, masculina e pública, com uma outra, feminina e do parentesco, não necessariamente apenas doméstica, que por vezes acabamos não considerando em nossas análises.

Escrito de maneira clássica, o livro derivado da dissertação de mestrado da autora, como bem aponta Ricardo Cid Fernandes na introdução, é um bom exemplo de uma nova geração de estudos sobre os Kaingang. Nesta nova geração, na qual me incluo certamente sem tanto refinamento, se multiplicam dissertações e teses, algumas já feitas pelos próprios indígenas, e que aos poucos vão dando novos olhares a esta etnia que até duas décadas atrás era pouco

conhecida pela antropologia. Isto permite cada vez mais vislumbrar diferenças regionais e inclusive entre comunidades próximas, ao mesmo tempo que características comuns despontam.

E *Penhkár* é um bom exemplo da produção desta geração, pois traz análises e novas sugestões criteriosas e pertinentes. Estudando uma comunidade conhecida por seu maior “isolamento”, a TI Rio da Várzea no Rio Grande do Sul, o trabalho dá nova luz à relação entre política e parentesco, dialogando principalmente com grandes correntes da antropologia contemporânea. Está organizado em quatro capítulos que versam respectivamente sobre história, aspectos gerais da localidade e seus habitantes, parentesco como política doméstica e finalmente as ações políticas mais próximas a como são entendidas de maneira clássica, no domínio público.

O primeiro capítulo é uma retomada da já conhecida história kaingang a partir de relatos de cronistas, políticos e padres. Apesar de ser uma história que dá lugar aos chefes indígenas como personagens de uma política do contato, com tal história, vislumbramos a política e a guerra kaingang sob os olhares dos colonizadores. Mesmo assim, a autora procura identificar uma lógica guerreira kaingang. Com isso, o capítulo também expõe a proposta da “escola canibal” sobre a guerra, a partir da discussão com Pierre Clastres e o caso Tupinambá, trazendo a proposta de positividade da guerra, com a ideia de relação com a alteridade a partir da aliança e vingança. Esta “escola” dará base para as discussões teóricas nos capítulos seguintes.

A partir desta revisão, se busca traçar um histórico local que levou à criação da TI Rio da Várzea, tratando do acirramento da colonização com a criação da Reserva Florestal estadual em 1941, posteriormente Parque Ecológico de Nonoai, em uma história de brutalidade e violência para confinar os Kaingang de toda a região na Sede de Nonoai. A partir deste ponto, a história ganha perspectivas indígenas, sendo trazidas pela autora narrativas que tratam destes conflitos, mudanças e constituição da TI como unidade sociopolítica. Conhecemos assim os Moreira e os Kajeró e começamos a vislumbrar a extensa rede de parentesco supralocal que a autora sugere constituir a maior rede de comunicação entre os Kaingang, ainda que restrinja sua pesquisa de campo na TI Rio da Várzea.

O segundo capítulo nos dá uma noção da inserção paulatina da pesquisadora em campo, evidenciando mudanças de suas concepções neste processo, desde um romantismo admirado até as primeiras conversas com aqueles que seriam seus interlocutores para a pesquisa, com primeiras impressões que definiriam o tema da política e parentesco como centrais à pesquisa.

A esta apresentação intimista, que não se alongará para o restante do trabalho, contrasta a descrição geral da TI e de características básicas de economia, alimentação, instituições como a escola, relação com o “mato”, a atividade dos *kujá*, incluindo seus remédios, trânsitos em busca de almas perdidas, batismos e festas, nomeação, enterramento, luto e os guias do *kujá*.

Nos terceiro e quarto capítulos a pesquisa se desenvolve de forma mais aprofundada a partir do campo. O terceiro capítulo nos surpreende com uma introdução que trata da “melancia não ter parentes”. Fruta muito desejada, passada no rosto pelas mulheres, ela implicaria na supressão de restrições sexuais em termos de “marcas” para as *mén tū* (mulheres sem marido, solteiras). Esta introdução só será entendida ao fim do capítulo. A partir do esquema da afinidade potencial e construção do parentesco da “escola canibal” e da histórica “invenção”, em termos wagnerianos, do dualismo kaingang, colocada lado a lado com teorizações nativas sobre seu sistema de parentesco, a autora propõe que o sistema de “marcas” e “metades” não seriam a mesma coisa e que uma postulada assimetria entre metades clânicas, bastante discutida na bibliografia, não seria extensível às marcas corporais, ainda que estas tenham também caráter exogâmico. As marcas teriam um caráter mais evidentemente patrilinear. Isto, que me parece plausível, teria que ser aprofundado para ser postulado de maneira mais geral. Podemos adiantar que teria que enfrentar as diferenças regionais onde, por exemplo, teríamos que considerar só existir um destes sistemas, o de marcas, como já apontavam autoras como Juracilda Veiga e Cecília Helm, especialmente para as comunidades kaingang do norte. Mas Gibram vai além, ao afirmar que um destes sistemas seja da ordem do dado (convenção) e outro do construído (invenção), também na linguagem wagneriana. A afirmação é interessante, sendo baseada fundamentalmente na distinção mitológica por um lado e na produção do parentesco por outro. Seria essencial aqui contrastá-la com o que aponta Veiga, que demonstrou como a relação com as metades poderia ser algo estabelecido através da nomeação. As metades clânicas aparecem na bibliografia também como distinções de âmbito corporal e de personalidade. E a própria autora traz falas que indicam para a tradução dos termos de marcas e metades ou a passagem de um a outro por seus interlocutores. Estes pontos parecem desafiar uma separação estrita e em oposição no sentido do mascaramento produzido. Se podem haver dois “sistemas”, ou se optarmos por analisar as duas questões separadamente, teríamos que considerar, como sugere a própria análise wagneriana, a constituição mútua destes mascaramentos que, ainda assim neste caso, não precisariam estar necessariamente presentes no processo inventivo. Como a própria

autora já adianta, não seriam ambos necessariamente operantes. Gibram inclusive aponta a maior operatividade do “sistema de marcas” em Rio da Várzea. Talvez pudéssemos pensar se a inoperância do “sistema” das metades não se daria justamente pelo caráter dado e os desafios do contexto de transformações sociais kaingang em séculos de contato.

Além da questão das marcas, a autora também questiona o excessivo foco na patrilinearidade pelos pesquisadores que estudam entre os Kaingang, chamando a atenção para os vínculos afetivos maternos, bastante mais pronunciados que os vínculos paternos. Seria nesta esfera do parentesco que a participação feminina na política seria notada, com grande valor dado à aliança matrimonial sobre a herança patrilinear em vários casos, sendo a exogamia valor prioritário em relação à descendência, e onde as relações de criação seriam prioritárias em relação às biológicas. Ser parente (*kanhkó*) teria uma significação ampla, podendo tanto diferenciar a verdadeira humanidade como os que têm a mesma marca.

Afora isso, a autora trabalha com a construção do parentesco a partir da relação entre primos cruzados e paralelos, a questão da residência e comensalidade e ainda a questão da adoção e criação de filhos. Tema pouco trabalhado entre os kaingang, a adoção de crianças mostra aqui sua importância ao poder ser aproximada ao cuidado com criações animais, ambas denominadas *jě'yr*. Isto permite à autora abordar a questão da “familiarização” proposta por Carlos Fausto. Gibram nota diferenças entre filhos “legítimos” e filhos “de criação”, cuja consanguinização nunca seria plena. Além disso, as adoções e doações de filhos gerariam um fluxo vertical de relações entre mulheres consanguíneas. A autora ainda aponta para as tensões nas relações de afinidade, as prerrogativas de respeito e as implicações de relações conjugais e extraconjugais, o ciúme, a traição e a fofoca, além da questão das *mén tũ* com a qual inicia o capítulo. A vergonha, *my'a*, seria o ponto de segurança para que as *mén tũ* fossem respeitadas, significando que continuavam a ter parentes, *kanhkó*, e afins, *jamré*, sob o risco do contrário, com o incesto, se aproximarem de condições de animalidade e desumanização. O que a autora chama de “políticas domésticas”, portanto, é algo bastante distinto da política pública como normalmente consideramos e sobre a qual tratará o quarto capítulo.

Neste último capítulo, a autora propõe que o “casar bem”, ou seja, respeitando as regras exogâmicas, com a aprovação da liderança e com festa seria um ponto central da constituição de um sistema de diferenciações e posições políticas e ancestrais locais que dão base à posição das lideranças políticas. É no casamento, o maior ritual na comunidade estudada, onde “partes” do

noivo e da noiva podem demonstrar sua rede de influência e poder, em uma disputa, uma guerra, de tipo agonístico, onde se procura “queimar” o outro estourando mais rojões e fazendo mais barulho que ele. A partir desta conformação de alianças, a autora procura aproximar-se da questão do poder como nos casos do *big man* e do *great man* melanésios, com figuras que poderiam concentrar relações e definir ações de influência. Assim, em uma diversidade de segmentos residenciais, haveria uma pluralidade de núcleos políticos entre os kaingang de uma localidade, cada uma com uma rede de parentesco e se referindo frequentemente a um papel de ancestralidade. A posição destas pequenas chefias seria construída ao longo da vida, pelo falar em público, pelo conhecimento do “sistema do branco”, ocupando vários postos de liderança dentro da mencionada hierarquia de nomenclatura militar (sargentos, polícias, cabos, capitão, até se chegar ao cacique). Este sistema hierárquico privilegiaria a ação política sobre a representação e também criaria distinção entre as parentelas ligadas a liderança em um dado momento e aqueles não beneficiados por esta liderança, constituindo figuras de oposição, potencialmente faccionais.

Com estas caracterizações, a autora contrasta de maneira bastante inspiradora três “sistemas” nativos que operam com a noção de “comunidade” e “liderança”. O “sistema branco” visto como aquele em que a comunidade está separada dos políticos do governo, o “sistema guarita”, em que o poder do cacique se estabelece de maneira abusiva e sem diálogo com a comunidade, favorecendo apenas a sua família, e o “sistema do índio”, em que, além de o cacique estar posicionado na comunidade, dialoga com esta, onde a comunidade decide. Apesar de apenas o último “sistema” ser defendido pelos kaingang, a autora sugere que a distinção seria uma questão perspectiva, já que “o sistema guarita” poderia ser o “sistema do índio” dos *outros*. Sendo assim, cadeia, tronco, trabalhos comunitários obrigatórios, remoções compulsórias a outras TI, seriam formas criativas que mimetizam o sistema jurídico e punitivo do Estado através dos quais são reprimidos aqueles que violam a “lei interna”, que “erram”, seja em um ou outro sistema.

A autora não esboça um plano de discussão mais denso interligando as diferentes partes e temáticas do trabalho, guerra, sistema de metades, parentesco, chefia, faccionalismo, e “lei”, ainda que possamos vislumbrar tais aproximações ao longo do texto. Deixa margem, portanto, a aprofundamentos das discussões das diversas temáticas e propostas, nos colocando na expectativa por continuidade e desdobramentos da pesquisa. De qualquer forma, o trabalho se destaca ao tocar em muitos dos principais temas estudados por outros pesquisadores entre os

kaingang, a partir de nova perspectiva de abordagem que permite dar uma dimensão em certos aspectos mais feminina e menos fechada em termos sociológicos, trazendo intrigantes sugestões para tratar de dualismos, parentescos e políticas kaingang.

Referências Bibliográficas

GIBRAM, Paola Andrade. *Penhkár*: política, parentesco e outras histórias kaingang. Curitiba: Appris; Florianópolis: Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural, 2016.

autor Lucas Cimbaluk

Possui graduação em Ciências Sociais e mestrado em Antropologia, ambos pela Universidade Federal do Paraná. É doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina.

Recebido em: 27/11/2017

Aceito para publicação em: 01/11/2018